UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO A POVOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

CAREN REBECA NEVES DA SILVA

CAMPINA GRANDE - PB
2023

CAREN REBECA NEVES DA SILVA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO A POVOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

Trabalho apresentado à Unidade Acadêmica de Psicologia, em cumprimento às exigências para obtenção do título de graduação em Psicologia, sob orientação da professora Dra. Juliane Dominoni Gomes de Oliveira, co-orientação da professora Dra. Maristela de Melo Moraes.

CAMPINA GRANDE - PB
2023

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial "Tereza Brasileiro Silva", CCBS - UFCG

S586r

Silva, Caren Rebeca Neves da.

Relato de experiência de um projeto de atenção psicossocial junto a povos indígenas de pernambuco/ Caren Rebeca Neves da Silva. – Campina Grande, PB, 2023.

32 f.

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo(Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Referências.

Orientador: Juliane Dominoni Gomes de Oliveira, Dr.
Co- orientador: Maristela de Melo Moraes, Dr.

1. Relato de experiência. 2. Saúde indígena. 3.Psicologia decolonial. 4.Povos originários. 5. Formação em psicologia. I. Oliveira, Juliane Dominoni Gomes de (Orientador). II. Moraes, Maristela de Melo(Co-orientador). III. Título.

BSTBS/CCBS/UFCG CDU 159.9 (=1-82) (813.4) (079.1) (813.3)

Responsabilidade técnica de catalogação:
Jônatas Souza de Abreu, Bibliotecário documentalista, CRB 15-879

CAREN REBECA NEVES DA SILVA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO A POVOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

APROVADO EM: 01/12/2023

BANCA EXAMINADORA

_____
Professora Dr. Juliane Dominoni Gomes de Oliveira
Orientadora

_____
Professora
Dra. Maristela de Melo Moraes
Co-orientadora

_____
Professor Dr. Alexandre Franca Barreto
Examinador

_____
Psicólogo Ricardo Breno Fernandes Goes
Examinador

AGRADECIMENTOS

Realizar esta etapa da escrita me suscita muitos sentimentos bons. Eu tenho muita coisa para agradecer, muitas coisas que me ajudaram a chegar até aqui no final da graduação. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe e ao meu pai, Carmem Rejane da Silva e Ezequiel Neves de Lima, que mesmo em meio a tantas dificuldades, sempre foram firmes na decisão de fazer o esforço financeiro de me manter na cidade em que estudo. À minha avó, Rejane, que também fez parte dessa rede de apoio. Sem dúvidas, o apoio de vocês foi essencial e toda a experiência que vivi, de fato irá mudar minha vida. Amo vocês e sem amor nada seria possível.

Agradeço também às minhas "colegas de sala", pessoas que agora posso chamar de amigas para a vida: Ana, Thati, Yanka, Gabi. Sem vocês, a graduação teria sido muito mais triste. Que alegria nosso encontro e poder ter compartilhado tantas coisas com vocês! Vocês foram e são essenciais para meu caminho, obrigada. Tenho muito a agradecer ao TTE, grupo qual a sigla não posso colocar o significado aqui. Lia e Breno, sem dúvidas nossa amizade mudou minha vida. Sou feliz e grata por tudo que vivemos, vocês foram a família da qual escolhi fazer parte, minha principal rede de apoio. Se existe alguma inteligência superior, com certeza ela sabia o que estava fazendo ao cruzar nossos caminhos. Obrigada por todas as conversas, almoços, jantares, e tudo mais que fez parte do universo que compartilhamos juntos. Lia, obrigado por criar comigo um lar, pelas nossas conversas que só a gente entende, com você cresci infinito.

À maluzinha, minha querida amiga com quem dividi tantas ideias, desabafos e abraços gostosos. Malu, te conhecer nesse caminho foi muito importante, foi acolhimento, desejo que nossos caminhos continuem se cruzando! À Rodrigo, meu grande amigo, nossas risadas foram motivo de cura, alegria e crescimento, sem você teria sido diferente. Aos meus amigos Joãozinho e Adriel, que sempre fizeram questão de estarem por perto. Encontrar vocês sempre foi uma delícia, um amor, obrigada por tudo!

À Lígia e Dudinha, meus vizinhos. Nosso encontro ocorreu recentemente, e fico feliz demais por ele. Com vocês eu sou 100% euzinha, sabe como é, né? Vocês são maravilhosos, obrigada por me encontrarem. Às minhas amigas do grupo "Kibes", que sempre estiveram comigo do início ao fim, não faço ideia do que eu seria sem vocês. Obrigada por acolherem todo o caos e sempre ajudarem a reconstruir. Existem tantos outros que não estão citados aqui, mas que muito tenho a agradecer também. Amigos, amigas, amo todos vocês!

Agradeço à Roberto, meu companheiro, que tanto me acolhe, me escuta, me acrescenta. Caminhar com você ao longo de boa parte da graduação foi um grande apoio e alívio, e por isso tenho muito a te agradecer, sua presença foi fundamental para mim e com você também aprendo muito. Aos nossos amigos, Gustavo, Caio, Elaine, Dudu, Vanessa, Pâmella, Raniere, foi ótimo poder pegar o trem com vocês, vocês também me ajudaram a enfrentar a graduação!

Muito tenho a agradecer ao NUD (Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas), núcleo que me acolheu ao longo da graduação, e que foi possível, através dele, experienciar a parte que me encontrei e cresci durante o curso, as experiências práticas, os momentos em grupo. Cada lembrança ficará para sempre guardada em minha memória e no meu coração.

Também agradeço à LICANNT (Liga Interdisciplinar sobre Cannabis Terapêutica), lugar em que foi possível realizar muitos desejos durante a pandemia, razão pela qual era realmente prazeroso ligar o computador em tempos tão difíceis. Participar da Liga foi de grande importância para mim, por conhecer um grupo, em sua maioria, muito implicado em realizar o que estava proposto e através dele, conseguir desenvolver diversas habilidades que me acompanharão.

Agradeço imensamente a oportunidade de fazer parte do projeto *"Saúde Indígena: descolonizando a saúde mental no cuidado dos povos ancestrais"*, através dele pude enriquecer minha formação de uma forma única. Conhecer pares e enriquecer minha caminhada, dando forma também a este trabalho.

À nossa querida professora, Maristela Moraes, carinhosamente apelidada de Maris. Ela nunca soube, mas é tão importante que seu nome está na minha senha do Wi-fi! Maris, te conhecer durante a graduação foi como um sonho muito bom! Com certeza eu seria outra sem nosso encontro e muito tenho a agradecer por ele. Seu carinho, dedicação, paciência, gentileza e sutileza. Com você eu aprendi muito, até quando você não sabia que estava "ensinando" alguma coisa. Que sorte eu tenho! Obrigada.

À professora Adriana, minha supervisora dos estágios específicos. Sempre ficará comigo um pedacinho de você. O estágio foi um respiro e adorei ter te conhecido de perto e trocado tantas figurinhas, aprendi tanto com você! Aos professores Tiago, Felipe, Valquíria, que estarão sempre em minhas memórias mais positivas da graduação!

Agradeço à professora Suenny pelo nosso encontro no final da graduação. Não achava que fosse aprender tantas coisas no final do curso, você é uma grande inspiração e fico feliz que deu tempo de acontecer essa troca! Ufa, ainda bem que atrasei o curso! À Erivan e Maxx,

pelas tardes compartilhadas durante o estágio não-obrigatório, com vocês foi muito mais leve e legal!

E agradeço especialmente aos amigos que me ajudaram na construção deste trabalho com as próprias mãos, Ana Luzia, Pedro Gaudêncio e Beatriz Castro. Obrigada pelo apoio e força. A caminhada com amigos é muito mais segura!

“Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. Talvez assim eles afinal as entendam, e depois deles seus filhos, e mais tarde ainda, os filhos de seus filhos. Desse modo, suas ideias a nosso respeito deixarão de ser tão sombrias e distorcidas e talvez até percam a vontade de nos destruir.”

Davi Kopenawa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência vivida em um projeto de assistência psicossocial realizado junto a povos indígenas do estado de Pernambuco, de modo online, em parceria com diferentes instituições, coordenado pela UFCG e UNIVASF, especificamente por professores do curso de psicologia das duas instituições. Utilizou-se a metodologia do Relato de Experiência (RE) em perspectiva crítica, contando com uma escrita baseada em um PesquisarCOM, utilizando os diários de campo como instrumentos de registros. Foram realizadas reflexões acerca da formação em psicologia, relativas a questões inerentes à situação política e social das comunidades indígenas e dos desdobramentos possíveis para a produção de novas práticas de promoção de saúde que podem ser produzidas, dentro e fora da universidade. Conclui-se que há muito o que se aprender com as perspectivas referentes ao bem-viver e as cosmologias indígenas e que esses são temas urgentes na formação em psicologia.

Palavras-chave: Relato de Experiência; Saúde Indígena; Psicologia Decolonial; Povos Originários; Formação em Psicologia.

ABSTRACT

This paper aims to present the experience of a psychosocial assistance project carried out with indigenous peoples in the state of Pernambuco, online, in partnership with different institutions, coordinated by UFCG and UNIVASF, specifically by professors from the psychology course at both institutions. The Experience Report (ER) methodology was used from a critical perspective, with writing based on PesquisarCOM, using field diaries as recording instruments. Reflections were made on psychology training, on issues inherent in the political and social situation of indigenous communities and on the possible consequences for the production of new health promotion practices that can be produced both inside and outside the university. The conclusion is that there is a lot to be learned from perspectives on well-being and indigenous cosmologies, and that these are urgent topics in psychology training.

Keywords: Experience Report; Indigenous Health; Decolonial Psychology; Native Peoples.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12
2. METODOLOGIA 14
3. ESTADO DA ARTE 15
4. RELATO DAS EXPERIÊNCIAS E DISCUSSÕES E RESULTADOS 19
4.1 Aproximações iniciais 19
4.2 Da experiência individual à supervisão interinstitucional 22
4.2.1 Juá 23
4.2.2 Caaporã 25
4.2.3 Supervisão coletiva interinstitucional 27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 28
REFERÊNCIAS 32

1. INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade, os saberes científicos e o espaço acadêmico foram utilizados para legitimar opressões e realizar a manutenção do sistema capitalista como o conhecemos. A ciência para a academia é tomada de forma totalizante, e tudo que dela escapa ou que é por ela tomado como objeto, que por vezes difere da "norma", perde sua legitimidade e seu valor para a sociedade que a mesma busca produzir. Percebemos que essa perspectiva totalizante não se sustenta quando entendemos que a ciência é produto de um processo histórico, político e cultural, e que os saberes que prevaleceram e foram valorizados no processo da sua criação, que também é um processo de apagamento, são justamente os saberes do "homem branco", efeito da lógica da branquitude[1], alinhados ao processo de biopolítica, gestão da população e manutenção do poder. Ramón Grosfoguel (2016) ao conceituar os quatro genocídios epistemológicos[2] que ocorreram ao longo de nossa história, demarca o campo do saber como um campo de disputas de poder que resultaram em um apagamento de tantas outras epistemologias, e em consequência disto, a deslegitimação de diferentes formas de vida. É justamente esta estrutura de conhecimento excludente que dá sustentação para as universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016), que também se configuram como espaços de produção de fazeres.

A existência de outros acontecimentos acadêmicos anteriores a este relato confluem com este e foram também um pontapé inicial para discussões sobre os saberes e as cosmologias indígenas dentro do curso de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Como, por exemplo, a realização do Curso de Saberes Ancestrais e Práticas de Cura[3] durante a pandemia de 2020, de modo online, que alcançou cerca de 200 mil pessoas através da internet, distribuindo diversas informações e conhecimentos próprios de culturas originárias do Brasil através de aulas que eram manejadas por lideranças e pessoas indígenas ou de tradição de terreiros, proporcionando diferentes vivências que não nos são acessíveis pelas vias de ensino formais e até desmistificando o que nos é ensinado sobre a figura dos indígenas no nosso país através das escolas ou da grande mídia. Como desdobramento desses acontecimentos, ocorreu a criação da Teia SACI (Saberes Ancestrais e Cura Integrativa), em

[1] "Branquitude é um efeito colonial que busca manter e atualizar os benefícios oriundos da escravização e é também uma posição racial de dominação que busca submeter humanos e não humanos (demais animais, florestas, rios, etc) ao seu projeto colonial de sociedade." (Nuñez, 2023, p. 15).
[2] "Os quatro genocídios/epistemicídios são constitutivos das estruturas epistêmicas racistas/sexistas que produziram um privilégio e uma autoridade para a produção de conhecimento do homem ocidental, com a inferiorização dos demais." (Grosfoguel, 2016, p. 43).
[3] Disponível em: <https://www.youtube.com/@NUCSUFCG/streams>. Acesso em Agosto de 2023.

que teve início este projeto. A Teia é uma rede que articula diferentes pessoas com um mesmo desejo: continuar espalhando informação e conhecimento acerca dos saberes ancestrais contribuindo para a descolonização dos saberes, realizando durante boa parte do ano de 2022 eventos online, abertos e gratuitos à toda população que desejou acessá-los acerca de diferentes temáticas de saúde e práticas de cuidado.

O objetivo deste trabalho, portanto, é relatar a experiência vivida por mim a partir da realização de um Projeto de Atenção Psicossocial intitulado *"Saúde Indígena: descolonizando a saúde mental no cuidado dos povos ancestrais"*, de forma online, construído em uma abordagem interdisciplinar e colaborativa com a participação de estudantes, professores e trabalhadores da saúde, especificamente da área da psicologia e da educação, além de colaboradores externos, realizado junto a povos indígenas de Pernambuco, vinculados a duas instituições de ensino do nordeste. Meu olhar para esta escrita parte do lugar através do qual falo, enquanto extensionista e participante do projeto, aluna concluinte do curso de psicologia da UFCG, colaboradora do grupo de midias da Teia SACI (Saberes Ancestrais e Cura Integrativa) e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas (NUD) da UFCG desde 2019, grupo através do qual me vinculei às outras instâncias inicialmente citadas.

É a partir destes acontecimentos que se contextualiza o nascimento do presente trabalho, e estes indicam a realização de uma nova movimentação: o reflorescimento e a construção de um espaço para os saberes que até então não eram valorizados na academia, e a concepção de que estes são essenciais para a construção de uma saúde decolonial (Moebus, 2022), sinalizando no horizonte a construção de novas práticas possíveis dentro e fora da academia, que considerem o que existe de essencial em nosso planeta e nos é subtraído, explorado e ignorado, processo que resulta em efeitos para a saúde de todos.

Neste sentido, descreverei as experiências e as afetações vividas no projeto, propondo também uma reflexão sobre a importância que reside na criação de novas formas de pensar a práxis psicológica, possibilitando formas de elaborar diferentes tipos de "saúde-saída" (Moebus, 2022), bem como contextualizar brevemente, no estado da arte, sobre a situação política e social das comunidades indígenas no Brasil, pois é deste contexto que o projeto emerge. Logo, concluo que há uma importância na criação de novas formas de ensino e aprendizado que considerem as potências que existem no espaço acadêmico que reúne multiplicidades, para que assim seja possível promover uma formação em psicologia mais responsável, eticamente comprometida não só com os humanos, mas sim com todos os agentes, menos sintética e mais orgânica (Bispo, 2020), com um olhar mais atento para nossa realidade territorial e cultural.

2. METODOLOGIA

Este relato de experiência busca descrever a atividade, as afetações e impressões vividas em um Projeto de Atenção Psicossocial realizado junto a povos indígenas de Pernambuco, a partir de uma equipe interinstitucional de estudantes de psicologia, trabalhadores da saúde e da educação de diversos estados, bem como professores de graduação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), localizados na Unidade Acadêmica de Psicologia (CCBS/UAPSI) e da Unidade do Centro do Desenvolvimento do Semiárido (CDSA/LECAMPO), além de colaboradores do CERPICS (Centro de Referência em Práticas Integrativas e Complementares), da UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco), e uma aluna da UNESP (Universidade Estadual de São Paulo). Ressaltamos, ainda, que a aluna da UNESP é uma pessoa indígena de etnia Potiguara (PB), e contamos também com a presença do psicólogo indígena, Edinaldo dos Santos Rodrigues, membro da ABIPSI (Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos/as), do território Xukuru de Ororubá (PE). Contamos também com a presença de psicólogos recém formados destas instituições.

O projeto teve duração de 01 ano, porém, no presente relato, me detive aos acontecimentos realizados entre os meses de abril e outubro do ano de 2022, período no qual a maior parte das atividades práticas junto aos povos indígenas aconteceram.

O presente texto segue o modelo de um Relato de Experiência (RE), que segundo Mussi *et al.* (2021) se trata de uma expressão escrita de vivências "[...] acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção" (2021, p. 65), contando também com caráter crítico e embasamento científico. Para a descrição das experiências de acolhimento por mim realizadas, consultei os diários de campo, nos quais também estão descritos momentos compartilhados durante a *supervisão coletiva interinstitucional.* Também utilizamos o documento online do Instrumento de Acolhimento, comum a todos, em que registramos de aspectos concernentes aos acolhimentos, para o resgate de memórias. A produção de narrativas nesta escrita é, como pontuam Quadros e Moraes (2020), baseada em um PesquisarCOM, que podemos definir como uma escrita eticamente comprometida com a produção de discursos não-universalizantes, passíveis de afetabilidade, atentos em não reforçar e (re)produzir a existência de lugares invisíveis, como é o da branquitude. Entendendo que as pessoas e as coisas pesquisadas ocupam muito mais do que o lugar de um mero objeto, passivo. Nesta escrita, tomo o "[...] PesquisarCOM como um modo de pesquisar

no feminino, apoiamo-nos em premissas que ressaltam um fazer ciência como um fazer artesanal" (Quadros e Moraes, 2020, p. 5).

Para a construção deste trabalho, precisei me deparar com novos autores e autoras que não encontrei na matriz curricular da graduação de psicologia e que foram necessários para produzir a existência de uma nova escrita, uma nova perspectiva sobre o mundo, e também sobre novas elaborações possíveis para o que chamamos de cuidado. Autores e autoras como Geni Nuñez (2023), Antonio Bispo dos Santos (2020) e Ramón Grosfoguel (2016) auxiliaram na concepção deste horizonte, que realiza um esforço de ser um trabalho com inspirações decoloniais, a partir também de referências contracoloniais, que são escritos anti-coloniais realizados a partir do próprio povo indígena. Como afirma Daiara Tukano "decolonizar cabe a quem tentou colonizar, aos indígenas cabe contracolonizar, impedir que a colonização aconteça" (Tukano, 2018, p. 22 apud Nuñez, 2023, p. 21).

Geni Nuñez (2023), em sua tese intitulada *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude,* escreve sobre a tendência que existe na academia em localizar o foco dos seus estudos sempre no "objeto subalternizado", o privilégio epistêmico de "expor e não ser exposto" (Nuñez, 2021, p. 14), que contribui para a falsa ideia de neutralidade, invisibilizando os lugares e contextos em que estas escritas ganham forma e voz, como a acadêmia e o discurso vigentes. Dito isto, gostaria de realizar neste trabalho um esforço de não falar sobre os povos indígenas enquanto objeto de estudo - não pretendo descrevê-los, mas voltar os olhares para a psicologia e a academia enquanto um campo hegemônico de saber-poder e área de produção de práticas.

3. ESTADO DA ARTE

De acordo com o último censo do IBGE do ano de 2022, existem cerca de 1.69 milhão de pessoas indígenas no Brasil (Secretaria Especial de Comunicação Social, Brasil, 2023) contando com 305 etnias e 274 línguas diferentes (IBGE, 2010). Desde o início do que se entende pelo período colonial, existem tensões sociais, políticas e ideológicas que afetam a saúde, a qualidade de vida e a existência dos povos originários. Após os últimos anos, algumas discussões voltadas para este assunto dentro da academia e do mundo ocidental começam a ganhar espaço, inclusive dentro da própria psicologia. A criação do documento de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas (2022), que nos suscita questões importantes a respeito da atuação da profissão e de nossa atuação junto aos povos indígenas, só foi criada recentemente, demonstrando a existência de um atraso ao

abordar este tema dentro da área. Questões pouco ou raramente abordadas, inclusive durante a formação acadêmica em psicologia, local em que "[...] a maioria dedica sua atenção predominante, quando não exclusiva, aos setores sociais mais ricos, e que sua atividade tende a centrar de tal maneira a atenção nas raízes pessoais dos problemas, que se esquecem dos fatores sociais" (Baró, 1996, p. 13).

No contexto atual, já existe conhecimento na sociedade sobre os efeitos devastadores do governo Bolsonaro (2018-2022) para a comunidade indígena. No ano de 2023, o Conselho Federal de Psicologia se posiciona através de uma nota, reforçando a atuação dos psicólogos e psicólogas no enfrentamento contra todos os tipos de violência, e expõe a crise humanitária e sanitarista pela qual passam os Yanomamis, que se agrava desde o ano de 2019 e que teve um aumento exponencial de 3350% no que diz sobre a destruição e desmatamento causado pelas atividades dos garimpos ilegais, entre os anos de 2016 e 2020 (CFP, 2023). Segundo a nota, até então cerca de 570 crianças morreram por causas que seriam evitáveis. Os idosos, afetados por desnutrição severa, insegurança alimentar, exposição ao mercúrio, malária e outras doenças. Além disso, a nota chama atenção para a alta incidencia da violência sexual contra mulheres e meninas da comunidade, cometida pelos garimpeiros (CFP, 2023). Segundo o CFP, ambos os grupos são importantíssimos para preservação e transmissão da cultura ancestral, o que faz com que essa política governamental anti-indígena seja considerada genocida. Este é apenas um pequeno parâmetro do que vem acontecendo com os indígenas do Brasil nos últimos anos, porém entendemos que essa catástrofe está inscrita e prevista na história desde muito tempo.

Como contraponto, vemos ao mesmo tempo uma maior visibilização do assunto. No cenário político, agora homens e mulheres indígenas assumem posições de liderança. Em 2022 foram eleitos cinco pessoas indígenas para a câmara dos deputados, como a atual deputada Sônia Guajajara (Câmara dos Deputados, 2023). Em 2023, foi criado pelo atual presidente Lula o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) (Ministério dos Povos Indígenas, Brasil, 2023), reconhecendo esta população como parte do país e entendendo que estes possuem necessidades sociais e políticas específicas. Também pela primeira vez foi eleita uma mulher indígena para a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a advogada e primeira mulher indígena eleita na Câmara dos deputados, Joenia Wapichana, de acordo com o site do Governo Federal (2023), indicando uma movimentação oposta ao cenário de catástrofe.

Quando falamos sobre saúde da pessoa indígena, estamos diretamente falando dos efeitos de um sistema que realiza diversas opressões em nome do que chamam de

desenvolvimento: genocídios, epistemicídios, racismo anti-indígena, falta de políticas públicas para a população, apagamento de sua história e ancestralidade, exploração e expropriação do território indígena. Quando falamos destas diferentes violências, é importante lembrar que “A colonização não incidiu apenas sobre o território-terra, mas também sobre o território-corpo” (Nuñez, 2023, p. 22).

Entendemos, portanto, que existe na psicologia a possibilidade de se desalinhar dos saberes clássicos, alienados e estritamente ocidentais, que desconsideram realidades locais, e se alinhar com saberes e práticas produzidas para a promoção de saúde de diferentes populações, sendo possível ampliar e aprender com estas. Martín-Baró (1996) em seu escrito "O papel do psicólogo" afirma que a psicologia precisa ir além dos moldes teóricos hegemônicos, e considerar as experiências sociais, históricas e culturais específicas de cada território, assumindo assim uma perspectiva menos individualizante e mais comunitária, abandonando “[...] as definições genéricas procedentes de outros lugares que trazem uma compreensão de nós mesmos e dos outros muitas vezes míope” (Baró, 1996, p. 8). Isto também se aplica à atuação junto à população indígena, inclusive para o enfrentamento de agravos de saúde caracterizados por Teixeira (2016) como sofrimento ético-político:

> [...] o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. [...] cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social [...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor (Sawaia, 1999, p. 104 apud Teixeira, 2016, p. 239).

Como resultado dessa Necropolítica (Mbembe, 2018), altas taxas de suicídio, violências intrafamiliares, o enfraquecimento de suas identidades e agravos de sofrimento mental (Teixeira, 2016). O estado brasileiro, segundo os Movimentos Indígena e Indigenista, vem sendo protagonista na violação dos direitos da pessoa indígena, pois não garante a sua proteção integral, muito menos a sua identidade ou aos seus territórios (CFP, 2021, p. 68). Essas e tantas outras violências vêm sendo realizadas por séculos, explícita e implicitamente, e foram inclusive um dos pilares para construção do mundo em que vivemos hoje. Os efeitos de viver como um “estrangeiro na própria terra” (Pealbart, 2018) são muitos, gerando problemas específicos de saúde para a população indígena que necessita de um olhar diferenciado de psicólogos e psicólogas ao se depararem com estes, compreendendo o processo de saúde em seu sentido ampliado, pois “as práticas indígenas de produção de cuidado participam de uma visão de mundo intuitiva, relacional e integral” (Moebus, 2022, p.97), e oferecer uma prática que vá ao contrário disto é se equivaler a uma atualização da violência colonial.

É importante ter em vista, neste trabalho e ao pensar a psicologia como campo de saber atuante junto aos povos originários, que os sofrimentos que dizem mentais, as "doenças de branco" (Teixeira, 2016), são efeitos das instituições medicalizantes, psicologizantes, produtos diretos da história do capitalismo e da lógica dos hospitais, um lugar que "[...] produziu um saber original sobre as doenças [...] este saber referia-se a uma doença institucionalizada, isto é, a uma doença modificada pela ação prévia da institucionalização" (Amarante, 2013, p.42).

Deste modo, assim como o transtorno mental é fruto da produção de uma modernidade capitalista, a presença destes entre as comunidades indígenas é igual. Diante destas questões, a medicamentalização da vida surge como uma resposta, exportando a lógica ocidental sobre como governar e controlar os corpos e lidar com a questão de adoecimento, sofrimento e cura. Segundo o CFP (2021, p. 83) "[...] o fenômeno da medicalização é fruto da transposição do olhar liberal e ocidental para os indivíduos e coletividades indígenas", fator que reafirma a necessidade de que o profissional psicólogo tenha um olhar diferenciado e demorado para o que seria "desviante", para o que se configura como adoecimento ou produção de saúde em cada contexto, e só então, a partir disso, tornar estas questões passíveis de intervenção. Sobre o saber produzido e aprendido nas universidade, Geni Nuñez (2023) afirma que "A versão que a colonialidade apresenta acerca do mundo pretende ser universal e isso já aponta seu equívoco primeiro" (Nuñez, 2023, p. 20).

A perspectiva da atenção psicossocial engloba o processo de saúde do sujeito como uma amplitude de fatos que pode fortalecer ou enfraquecer as potências de vida destes no mundo. Questões como redes de apoio, territorialidades, grupalidades, questões sociais, culturais e financeiras, bem como o acesso aos serviços públicos, se colocam como fundamentais para enriquecer a dinâmica psicossocial e a saúde (Amarante, 2013), algo que faz muito sentido na perspectiva de saúde e sociedade latinoamericana em que vivemos, na qual muitas vezes os serviços públicos estão sucateados ou até mesmo carecem da garantia de recursos básicos. Colocadas estas questões, é de grande importância perguntar-se: como fica a atuação do psicólogo diante de um contexto tão complexo, vulnerabilizado socialmente e afetado pelos efeitos da colonização? É possível a psicologia enquanto área de saber promover saúde sem reforçar ainda mais as relações de dominação existentes? Ferraz e Domingues (2016), ao realizarem uma atualização do estado da arte sobre a psicologia brasileira e os povos indígenas, apontam o livro Povos Indígenas e Psicologia (CRPSP, 2010) para ajudar a pensar a atuação dos profissionais psicólogos junto aos mesmos, que recomenda:

> [...] o apoio às lutas e à educação diferenciada, a promoção de saúde mental a partir do enfoque psicossocial, a mediação de conflitos, a inclusão da temática indígena em espaços de debate e formulação de políticas públicas, a contribuição nas discussões interdisciplinares, além dos cuidados éticos necessários na realização de trabalhos com diferentes etnias (Ferraz e Domingues, 2016, p. 685).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005) o Código de Ética Profissional do Psicólogo define princípios fundamentais para nossa atuação. Neste, é designado ao profissional trabalhar com base "[...] no respeito, na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano [...] (CFP, 2005, p. 7), além de visar a promoção de saúde e a qualidade de vida das pessoas e coletividades, buscando eliminar "[...] quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (idem).

Em 1987, o Movimento de Trabalhadores da Saúde Mental emite o Manifesto de Bauru, importante documento que foi escrito a partir da primeira manifestação pública realizada no Brasil contra a existência dos manicômios. Neste, escrevem:

> O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (CFP, Manifesto de Bauru, 1987, n.p).

Tendo em vista estes documentos, não é novidade para os acadêmicos, professores e profissionais da área que a psicologia deve estar intimamente ligada com os movimentos de libertação e emancipação dos sujeitos e que os caminhos da nossa atuação devem ser traçados em prol de uma sociedade mais justa. Assim, é possível imaginar a construção de uma prática psicológica que caminhe a favor da promoção da saúde indígena, respeitando suas práticas e seus diferentes modos, bem como se engajando na defesa e na luta pelos direitos dessa população.

4. RELATO DAS EXPERIÊNCIAS, DISCUSSÕES E RESULTADOS

4.1 Aproximações iniciais

O projeto teve suas primeiras atividades realizadas entre escolas de Pernambuco, nas aldeias de Xukuru de Ororubá e Xukuru de Cimbres, ambos em Pesqueira - PE, e na aldeia Truká, na região do São Francisco, Petrolina - PE. Vale ressaltar o histórico existente que marca o povo Xukuru de deslocamentos forçados e violências por conflitos territoriais (Silva

e Lopes, 2022), enquanto o território Truká também lidou com a invasão das terras, contando com alguns processos de retomadas (Feitosa, 2008).

Para a realização do projeto, contamos com parceria com a Cooperativa de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE) para mediação dos contatos iniciais e diálogos ao longo da realização do projeto, além do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco). O projeto teve duração de 1 ano, mas para efeitos do presente relato, como antes dito, recortamos o período entre 19 de abril até 31 de outubro de 2022. Foram realizadas reuniões online o que nomeamos *supervisões coletivas interinstitucionais,* nas quais questões organizacionais foram colocadas em pauta a partir das necessidades que surgiam das experiências vividas; do acolhimento online e também da nossa afetação pessoal.

O projeto se desenvolveu majoritariamente de forma online, com poucos acontecimentos presenciais - fato devido também à distância territorial que separa os agentes do grupo. Isso acabou por tornar a dimensão online um grande potencializador dos nossos encontros: fisicamente distantes, afetivamente próximos. Neste projeto, os lugares de atuações e de acontecimentos foram diversos: desde encontros online via *Google Meet*, chamadas de vídeo no *Whatsapp*, e até visitas presenciais realizadas pelo grupo de estudantes e professores da UNIVASF, que foram até a aldeia Truká, das quais não participei, mas que também compuseram as ações do projeto. A partir dos relatos narrados sobre o que ocorreu nos encontros presenciais, também pudemos nos encantar e nos sentir parte do que acontecia lá.

Através do contato com a COPIPE, decidiu-se que o projeto seria aplicado em instituições de ensino locais de cada território, visto que por meio desta organização seria possível garantir acesso à internet e também ao grupo de forma mais consistente, já que estávamos distantes dos territórios e talvez nem todos tivessem internet em casa. Antes do projeto ter início, distribuímos um formulário de interesse para a inscrição das pessoas interessadas, sendo elas jovens, crianças e adultos, estudantes ou trabalhadores das escolas escolhidas para participar do projeto em cada território. O formulário dispunha de algumas perguntas que funcionavam como um mapeamento das pessoas que seriam atendidas, como por exemplo, se possuíam interesse por atendimento individual ou em grupo, se preferiam ser atendidas por uma pessoa branca, não-branca, ou indígena, se possuíam internet em casa, etc.

Ao nos depararmos com as respostas - inicialmente 39 - ficamos surpresos pois ninguém havia demonstrado interesse pela formação de grupos. Mas, dado o contexto da psicologia tradicional hegemônica, que influencia o imaginário cultural sobre o papel da mesma (Dimenstein, 2000), podemos imaginar que esse resultado tenha se dado pelo fato do desconhecimento sobre como funcionaria esse grupo, de acreditar que a psicologia se ocupa

apenas de escutas individuais e até sobre preocupações em encontrar pessoas conhecidas no mesmo espaço, visto que se tratava de uma instituição escolar. Isso nos mostrou que para o próximo ciclo serão necessárias medidas que busquem apaziguar o desconhecimento sobre o assunto, e difundir informações sobre o que consiste grupos de apoio.

Ocorreram, até o final de outubro, cerca de 54 atendimentos online e 14 presenciais, somando 22 pessoas atendidas, contando com adultos e crianças. Dentre estes, acompanhei 2 pessoas, sendo a primeira uma mulher indígena e o segundo uma criança indígena, experiência descrita posteriormente. Ao final dos atendimentos, algumas pessoas foram perguntadas se possuíam interesse em dar continuidade ao atendimento em grupos futuros, explicando no que consistiriam tais grupos. A maioria das respostas foi favorável. Vale ressaltar que todo o projeto preservou a característica de uma metodologia não-ortodoxa, e que o direcionamento e o caminhar das nossas atividades iam se estabelecendo a partir dos caminhos percorridos por nós.

Apesar de entendermos o conhecimento ocidental construído acerca do mal-estar e do sofrimento humano como algo distante da cultura indígena, ao adentrar no território (através dos encontros de acolhimento, no um-a-um) entendemos que esse saber já havia invadido o imaginário da população local, e que a forma que os mesmos interpretavam e nomeavam os seus sofrimentos passava justamente por aí. É importante dizer que todas as pessoas acompanhadas pelo projeto viviam em contato direto com padrões culturais urbanos, de fora das aldeias, ainda que frequentassem as escolas que estavam em território indigena.

Existiu uma grande preocupação por parte da equipe organizadora em realizar essa aproximação de forma respeitosa e não-prescritiva, dado nosso esforço em realizar um trabalho pautado em princípios decoloniais, entendendo a complexidade que existe em abordar uma população indígena enquanto técnicos da área da psicologia. Antes de iniciarmos os contatos com a população, não tínhamos muitas certezas sobre o que iríamos encontrar e de como seria até mesmo a comunicação, desconhecimento que também parte da falta de referências e do apagamento da figura indígena do nosso imaginário, como afirma Teixeira (2016):

> No entanto, prevalece um cômodo desconhecimento da situação no conjunto da sociedade brasileira, como se os indígenas fossem invisíveis ou não existissem, a não ser em contextos folclóricos, de cínica valorização da ‘riqueza cultural’ dos povos autóctones, numa visão romântica, a-histórica e alienante (Teixeira, 2016, p. 238).

As reuniões iniciais foram essenciais para discutirmos problemáticas concernentes à nossa ética e ao movimento de aproximação da equipe que, instrumentalizadas tecnicamente

com um saber ocidentalizado, se encontrariam com diferentes pessoas, diferentes cosmovisões e concepções de cura e adoecimento. Muitas destas trocas de conhecimento aconteceram com base na experiência dos próprios membros que compunham a reunião interinstitucional, que já tinham experiências atendendo pessoas indígenas ou que haviam estudado mais profundamente o assunto. Também foram utilizadas referências como Povos indígenas e Psicologia: a procura do bem-viver (CRPSP, 2016) como material comum.

Muitos de nós - que efetuamos as escutas de acolhimento - ocupamos também a posição de estagiários fora do projeto realizando escutas em nossa própria instituição, inserida na matriz curricular, com pessoas não-indígenas. Outros ocupavam a posição de pessoas que já trabalhavam junto à população indígena, e esse encontro foi essencial para a construção de uma troca de saberes que proporcionasse uma aproximação responsável entre ambos os grupos. Dado o contexto, a nossa preocupação maior foi a de não realizar uma colonização dos saberes trazidos pelos indígenas, e também a de reconhecer nosso campo de ação possível: o da escuta e do acolhimento psicológico, que consiste, segundo Quadros, Cunha e Uziel (2020) em uma tentativa de

> [...] trançar fios, permitindo fazer emergir uma trama que não reduza o acolhimento à escuta das aflições e ansiedades individuais [...] reconhecê-lo enquanto uma prática de cuidado, constituindo-se, assim, na afirmação da vida e da saúde num contexto que o outro é posto como fonte de ameaça, e a morte está sendo trivializada. (Quadros, Cunha e Uziel, 2020, p. 2 e 9).

4.2 Da experiência individual à supervisão interinstitucional

Tomei a decisão de juntar estes dois tópicos, as escutas de acolhimento realizadas por mim e as trocas realizadas na supervisão interinstitucional; ambos se entrecruzam em diferentes momentos. Não irei neste trabalho realizar uma descrição detalhada dos atendimentos, o que aproximaria esta escrita de um relato de caso, mas pretendo me deter nos aspectos que, ao meu ver, seriam atravessados por questões sociais e políticas que se repetiam, bem como descrever e reconhecer as experiências e trocas ocorridas durante as supervisões.

Ao longo do período aqui relatado, realizei 6 encontros de acolhimento com 2 pessoas, sob supervisão coletiva semanal. O primeiro acolhimento se deu com uma jovem de 30 anos, mãe solteira, indígena que residia na comunidade do povo Truká, localizada em Cabrobó-PE. O segundo, com um menino de 11 anos que vive na comunidade Xukuru de Ororubá, em Pesqueira-PE. Para melhor preservar suas identidades, foram utilizados nomes fictícios. Juá, segundo o Dicionário Ilustrado Tupi Guarani, significa fruta de espinhos, nome que será

atribuído à primeira pessoa que realizei o acolhimento. Caaporã foi o nome escolhido para referenciar a criança relativa ao segundo acolhimento, palavra do Tupi-Guarani derivada dos termos *Caá*, "mato"; e *pora*, "morador" - podendo significar também "bonito". Estes nomes, por sua vez, me remetem a questões relativas às suas histórias.

Buscarei também resgatar aspectos levantados em supervisão pelos companheiros de trabalho, registrados no documento online do Instrumento de Acolhimento. Tais conclusões não têm a intenção de descrever ou objetivar todas as necessidades dos povos que vivem nos territórios, mas também fazem parte delas questões que dizem respeito aos contextos territoriais que foram assistidos pelo projeto, aos sofrimentos coletivos e individuais que são experienciados dentro dos contextos de saúde indígena que resistem em um regime capitalista e que permeia corpos e afetos de uma maneira geral.

A maioria dos acolhimentos que realizei ocorreram entre Junho e Agosto de 2022. Os acolhimentos tiveram em média 3 encontros, podendo variar para mais ou menos, de acordo com as necessidades de cada caso. Para descrever minha experiência como participante do projeto, meu foco será não nos problemas trazidos pelas pessoas que foram ouvidas, mas sim nas minhas afetações, aprendizados e dificuldades que encontrei pelo caminho.

4.2.1 Juá

O atendimento com Juá aconteceu na sequência de três encontros que se deram via *Google Meet*. Era também a primeira vez que eu realizava uma escuta/acolhimento online e uma escuta/acolhimento a uma pessoa indígena. Comecei o encontro me apresentando, pois considero que é de grande importância dizer de onde falo e partem minhas palavras e que me encontro sozinha no momento. Logo em seguida, lhe assegurei sobre o sigilo terapêutico.

Já havíamos sido orientados em supervisão coletiva sobre a possibilidade de acontecerem coisas que destoavam da escuta tradicional hegemônica a qual estávamos habituados, como, por exemplo, outras pessoas da família presentes no ambiente ou com filhos no colo, ou que a escuta acontecesse num ambiente inesperado. Desde então, já era necessário sair do lugar de conforto (e também de percebê-lo) que existe em realizar uma escuta nos moldes tradicionais, em que a pessoa a ser ouvida tem tempo e espaço para dedicar ao acolhimento e a condição de ficar sozinha em um ambiente seguro é praticamente uma regra. Neste primeiro encontro, eu não sabia o que iria encontrar e me certificava apenas de estar aberta à alteridade inerente ao momento. Até então, não havia conhecido muitas pessoas

indígenas para além dos poucos participantes do projeto, insegurança que era compartilhada também pelos colegas de trabalho.

Enquanto aprendizes no projeto, nos orientamos de forma geral pelo Instrumento de Acolhimento, um documento online elaborado pelos professores tutores (da UFCG e da UNIVASF), apresentado e discutido para ajustes em reunião geral da equipe ampliada (com a presença inclusive de psicólogos e educadores indígenas dos territórios envolvidos no projeto) que dispunha de algumas questões norteadoras que poderiam nos auxiliar a direcionar nossa escuta, mas que não eram obrigatórias. Uma destas primeiras questões era sobre como a pessoa atendida preferia ser chamada, caso houvesse algum nome indígena. Tais perguntas poderiam auxiliar no andamento do nosso encontro.

Durante estes 3 encontros, pude conhecê-la e viver essa experiência disruptiva, bem como sentir os limites da minha escuta e da minha postura, questões que só pude amadurecer um pouco mais tarde. Meu encontro com Juá foi breve, e questões para além da descrição do seu caso me afetaram e me mobilizaram enquanto futura profissional e aprendiz: os grandes silêncios que existiram e que foram desconfortáveis para mim, por sentir que não sabia o que fazer; a sensação de que era esperada alguma resposta vinda de mim e a necessidade existente de fazer muitas perguntas sobre seu cotidiano para que ela desenvolvesse sua fala, pois muitas vezes as respostas eram breves. Considero, no momento desta escrita, que não posso alegar que ela pôde me conhecer de volta - pois estava cumprindo com minha posição de aprendiz de "psicóloga", muito influenciada também pela psicanálise e a escuta clínica tradicional, em que o terapêuta se coloca em uma posição "neutra". Me questiono se nesse contexto diferenciado não teria sido mais interessante a existência desse aprofundamento, para que eu também pudesse ser enxergada enquanto pessoa, e assim não permanecesse apenas em uma conversa unilateral durante a qual ela falava apenas sobre si e me enxergava enquanto uma figura técnica que possuía um suposto saber, considerando também a dureza e as limitações do meio virtual. Questões como estas só foram pensadas após a ocorrência dos eventos.

Com o acolhimento de Juá, pude perceber a existência de um imaginário latente acerca do funcionamento de uma escuta terapêutica que muitas vezes pode estar equivocado, pois não existem regras para além da necessária ética profissional, e que esse imaginário sobre a figura de um psicólogo distante e neutro não deveria definir os rumos do acolhimento e da escuta e que por vezes pode acabar endurecendo a conversa, mesmo que a intenção fosse outra. Hoje percebo que deveria ter ido mais à fundo na minha implicação enquanto pessoa e que talvez esse ato tivesse tornado o momento mais produtivo, entendendo que não o fiz por cautela, já que cometer erros sem experiência poderia ter sido muito negativo. Três encontros

foram muito breves para tratar questões de uma vida inteira - nem seria essa nossa intenção -, mas foram suficientes para mobilizar muitas coisas em mim. Acredito que a experiência também foi significativa para Juá, que teve um espaço para pensar sobre as suas angústias e elaborar possíveis saídas. Apesar da experiência que aponto como dificuldade, acredito que tê-la vivido nesse momento pôde acrescentar diferentes aprendizados que carregarei comigo na minha escuta e postura profissional, e que foi possível criar um espaço de acolhimento onde questões foram compartilhadas e repensadas. É possível perceber que mesmo com as inseguranças e posturas que penso que poderiam ter sido diferentes, minha implicação enquanto futura profissional permaneceu, de modo que estive disponível e atenta à escuta das suas questões e no caminhar junto para imaginar novas saídas, entendendo e respeitando seus contextos sociais.

4.2.2 Caaporã

No atendimento a Caaporã, muitas questões chamaram a atenção. Poderia definir estes 3 encontros como desafiadores, uma vez que se tratava de um acolhimento online com uma criança de 11 anos, sem muitos recursos e em um contexto em que o atendimento online ainda se fazia um mistério para muitos, entendendo que a pandemia necessitou a realização de mais atendimentos desta forma. Geralmente, atendimentos psicológicos a crianças utilizam recursos lúdicos, pois entende-se que a criança não associa livremente suas palavras como um adulto, por exemplo. No caso do atendimento com Caaporã, não foi tão simples. De início, sinto que ele mesmo não sabia muito bem o porquê de estar ali - fatores como estes nos levaram a entender que muitas das inscrições infantis que foram realizadas geralmente surgiam da necessidade de um terceiro responsável, podendo partir dos professores ou de outros. Então, para iniciar os acolhimentos, expliquei para ele que eu estava ali para conversar, de uma maneira simples, sobre sua vida, seus sentimentos felizes e tristes, ou falar sobre qualquer coisa que ele quisesse. Tentei o tempo todo simplificar as palavras, para não causar angústias para o paciente, entendendo também que dentro da universidade somos formados para complexificar o nosso discurso, tornando quase um desafio transcrever a nossa função de uma maneira simples para uma criança.

O atendimento a Caaporã necessitou contato direto e contínuo com sua responsável - a sua mãe - através de seu número de *WhatsApp*. Por ser uma criança sem meios diretos para a comunicação, foi ainda mais difícil estabelecer certo contato. A sensação de estranhamento, de início, foi algo muito presente, também porque eu nunca havia realizado a

escuta/acolhimento de uma criança, principalmente de forma online e considero que foi necessário muita criatividade para levar o atendimento adiante. Nosso primeiro contato se deu através de uma conexão de internet fraca, e pelo que percebi, haviam outras pessoas presentes no local, como a sua mãe. Fiz perguntas básicas sobre seu dia-a-dia e o senti muito tímido de início, fator que me fez pensar que talvez o atendimento não prosseguisse, ou que ele pudesse estar desconfortável nessa situação.

Antes do segundo encontro, algo me surpreendeu. Como de costume, 30 minutos antes do inicio da escuta enviei mensagem comunicando o início da sessão, mas a mensagem não foi recebida. Dada a "não-fluidez" da primeira sessão, achei que ele desistiria, ou que talvez o celular não estivesse funcionando. Para minha surpresa, Caaporã me respondeu através do celular da sua irmã, por áudio, explicando que o celular da sua mãe havia quebrado e que eu poderia falar com ele por aquele número. Confesso que esse detalhe me deixou muito surpresa e contente, pois eu pude ver ali sua implicação com um espaço que talvez mal soubesse do que se tratava, me mostrando também que minhas impressões sobre o acolhimento estavam erradas e que ele gostaria de seguir falando sobre si. Assim o segundo encontro pode acontecer.

Apesar de não ser fácil dispor de recursos lúdicos para atendimento online, imaginei outras formas de trazer esse aspecto para o acolhimento. Seja através de histórias contadas, desenhos ou da forma escolhida para falar algo. Fora dos atendimentos, levo tal dificuldade para o momento da supervisão, especificamente sobre como trabalhar a temática do luto com uma criança de forma online, e juntos pudemos imaginar e elaborar atividades que seriam possíveis de realizar virtualmente. Após esse momento, considero que me senti muito mais criativa e capaz de prosseguir para o próximo encontro, chegando a planejar atividades para realizarmos ao final das escutas - atividades que infelizmente não foram realizadas devido à falta de tempo, mas que ficarão guardadas na minha memória como possibilidades de ampliar os meus horizontes em possíveis atendimentos onlines futuros. No final, considero que foi um ótimo momento para mim, que pude aprender tanto. As dificuldades e inseguranças que senti com as imprevisibilidades foram equivalentes à satisfação que senti em perceber que pude, mesmo que minimamente, dar contorno a elas e assim construir um vínculo com o paciente. Deste vínculo, considero que algo brotou. Não saberei dizer o que, e entendo que a beleza da profissão muitas vezes está nesse não-saber, nesse algo que nos escapa (e ainda bem), mas sim em sentir que algo de novo se movimentou e que muito pude aprender com esta criança, que muitas vezes parecia ser mais sábia que eu, com todas as minhas preocupações.

4.2.3 Supervisão coletiva interinstitucional

Tentar descrever a experiência das supervisões coletivas é certamente uma tentativa falha, pois certos aspectos da vivência jamais serão apreensíveis pela escrita. O que posso afirmar é que sem dúvida esse projeto não teria sido possível sem essa rede de apoio, e que minhas intervenções teriam sido outras. O momento de supervisão foi uma parte de grande importância para a construção do projeto, tanto em questões organizacionais - que fizeram o grupo se mover - quanto em questões formativas, como a partilha de informações, desabafos e trocas de afetos. No início, éramos um grupo fragmentado - algumas pessoas já se conheciam por participarem do mesmo grupo de pesquisa ou por pertencerem à mesma universidade - mas todos vivenciaram um primeiro encontro com alguém. Acredito que ocupar um lugar em que todos sabíamos existir uma intenção em comum, mesmo que esse lugar seja a tela de um computador em uma reunião online, já nos aproximava de alguma forma. Nossa intenção comum seria a abertura para o novo desta experiência com a escuta dos povos indígenas e a intenção de promover o cuidado. A premissa de que partimos de um lugar de não saber sobre o grupo também foi algo muito importante para que pudéssemos seguir adiante.

Cheguei ao grupo pouco antes de se iniciarem as fases de escutas, com as atividades já em andamento. Confesso que demorei a entender que eu poderia ter autonomia para propor as ações e pensar naquele espaço tanto quanto todos que estavam ali, pois para mim era óbvio que em um grupo institucional existiriam os líderes e as pessoas que estariam ali para obedecer e executar. Após algumas reuniões fui percebendo que não era exatamente assim que funcionava. Considero que formamos um grupo muito democrático, sensível e aberto à escuta. Pouco a pouco fomos nos conhecendo e reconhecendo. Partilhando as nossas inseguranças, alegrias e reflexões com as experiências advindas da escuta. Todos em alguma medida realizavam acolhimentos dos próprios participantes do grupo após os relatos dos acolhimentos e expressões de inseguranças, impressões ou de ideias. Logo, me senti muito segura naquele espaço. Cada um pôde contribuir de uma forma muito especial, ao seu modo. Tivemos músicas, poesias, cantos, desabafos e muito acolhimento.

Destaco que até o final do período recortado para esta escrita realizaram-se apenas os acolhimentos online e algumas visitas presenciais em territórios que foram vivenciados pelo pessoal da UNIVASF. Através das partilhas dos casos nas supervisões, foi possível perceber que a temática do luto, nos diferentes territórios, era a questão que mais se repetia. O que provavelmente se dá pelo contexto de violência e insegurança social, como citado no estado da arte, que na maioria dos casos se mantém. Surgiram também muitas questões relacionadas

ao papel do gênero feminino, além de conflitos familiares, conflitos relacionados à disputa por território, racismo e questões como o alcoolismo. Sobre o sofrimento da pessoa indígena, Teixeira (2016) afirma que:

> "As principais causas de sofrimento apresentadas pelos indígenas expressam bem essa situação de assujeitamento: genocídios, assassinatos de lideranças, usurpação de territórios, desvalorização das culturas originárias, supressão de direitos, manipulação ideológica pelo sistema educacional oficial e ausência de políticas públicas efetivas" (Teixeira, 2016, p. 239).

Assim, podemos entender que estas questões evidenciadas se fazem como problemas em um nível coletivo, sendo possível também a realização de trabalhos em grupo, de maneira mais comunitária. Questão que pode servir de inspiração para os próximos trabalhos desenvolvidos, uma vez que no projeto não foi possível realizar dentro do tempo disponível.

A experiência vivida no grupo e a troca com pessoas que ocupavam inclusive um lugar de mais "prestígio" dentro da dança institucional da psicologia, como professores, por exemplo, nos fez enxergar a possibilidade de uma prática que busca se descolonizar das linhas verticais do conhecimento científico limitado. Principalmente para nós que estávamos ainda na graduação, vivendo experiências de estágio e escuta clínica dentro da universidade por vezes tão enrijecidas. Foi libertador poder entrar em contato com possibilidades outras, com a abertura de novos caminhos - mesmo que por gestos mais simples que fossem, como uma forma de enxergar a situação ou de se sensibilizar com o outro ou com a arte.

Ao final, descobrimos que nos corredores das escolas envolvidas no projeto as pessoas falavam sobre a nossa escuta. Foi possível perceber que para todos que participaram do projeto (participantes, ouvintes, profissionais, etc.), de algum modo algo de muito importante ficou.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *"A invisibilidade de um grupo social é uma construção ideológica, que serve para perpetuar relações de dominação. Sua superação passa pelo desvelamento crítico da situação e a tomada de posição quanto à defesa intransigente dos direitos humanos, da dignidade e da equidade social."*
>
> *(Teixeira, 2016, p. 238)*

Chegar no momento de conclusão deste trabalho é uma tarefa difícil, pois não existiam respostas definitivas para tantas questões em andamento. Deste modo, mantenho em mente que esta parte do relato é principalmente sobre perspectivas de novos caminhos e novas construções para uma psicologia possível. A minha intenção ao apresentar este relato de

experiência, para além de expor a grandeza da dimensão afetiva e de como tudo o que ocorreu irá orientar minha prática e a de outras pessoas, é demonstrar como experiências semelhantes podem ser um exemplo prático de como a psicologia pode romper com o instituído (Fernandez *et al.*, 2008) e promover lugares outros. Este espaço da graduação, em que práticas são acessadas pela primeira vez, é de grande importância para a efetivação do compromisso político da psicologia com os povos indígenas, algo que até então não era pensado como necessário. Como visto anteriormente, atravessamos um contexto político e histórico em que muitas opressões se exacerbam. Com o avanço cotidiano da lógica de governos neoliberais, quem está na margem chega cada vez mais perto do abismo em função do lucro, não é diferente com a população indígena do Brasil.

Nosso papel enquanto produtores de ciências e de uma profissão é o de ampliar nossos olhares para tais demandas, evidenciar que as grades curriculares dos cursos de psicologia apresentam certo subdesenvolvimento em relação à esta discussão, entendendo que é de grande urgência ver tais demandas contempladas. Estes saberes não nos oferecem apenas o conhecimento sobre um modo de vida diferente do que é hegemônico na graduação, mas amplia nossos horizontes para novas práticas possíveis de cuidado. Ao pensar sobre a atenção psicossocial, podemos perceber que muito se tem a equiparar com o bem viver, que segundo Alberto Acosta (2016, p. 24) "[...] é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza", sobretudo, das cosmologias indígenas, demonstrando que a psicologia tem muito mais a aprender do que a ensinar.

Não é o objetivo deste trabalho descrever sobre o que se trata o bem viver, mas trago este conceito brevemente pois muito parece fazer sentido quando pensamos numa produção diferente de saúde, que se sustenta pela mudança da relação que mantemos com as coisas e com o mundo à nossa volta. A perspectiva do bem viver, assim como a da atenção psicossocial, se equivalem no ponto em que destacam a importância da comunidade e da relação com o mundo em nossa volta como agentes indispensáveis para a produção de saúde. Abandonando a ideia de que o bem-estar viria de uma "força de vontade" dos sujeitos, ou de medicamentos que silenciam as inconformidades, se aproximando assim de uma construção coletiva e social do bem estar. Nesse contexto, se faz importante a reflexão de Acosta (2016) ao dizer que:

> Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas. Para obtê-las, é imprescindível despertar a criatividade e consolidar o compromisso com a vida, para não nos convertermos em meros aplicadores de procedimentos e receitas caducas (Acosta, 2016, p. 20).

Construir uma saúde decolonial, é, segundo Moebus (2022) "[...] pensar a produção de uma saúde integral, também e inclusive mental, bem como ambiental, desde a perspectiva, a experiência, as práticas e a ancestralidade dos nossos povos originários" (Moebus, 2022, p. 89). Apostamos na criação de uma nova saúde-saída, instrumentalizada contra os impactos do mundo ocidental em que vivemos, entendendo também que promover cuidado é promover autonomia dentro das possibilidades de cada um. O documento do CFP (2021, p. 84) aconselha que "A Psicologia precisa ficar sempre atenta para não atuar de maneira violenta, buscando o sagrado e o eu-território como conteúdos subjetivos, exigindo que nossa profissão desnaturalize a própria noção de psique, alma e mente." Penso que essa postura de desnaturalização pode se expandir para nossa prática em diversos territórios que não apenas as terras indígenas, abrindo espaço para novas invenções, entendendo que:

> [...] cabe à ciência descolonizar seus saberes a fim de captar adequadamente a especificidade social e cultural que está colocada em cada contexto e não mais reproduzir violências mediante a imposição de um referencial de existência, pautado no capitalismo e no etnocentrismo (masculino, caucasiano, cis heteronormativo, monogâmico e elitista) (CFP, 2021, p. 89).

A partir das experiências vividas com a entrada do pensamento decolonial na UFCG, espera-se que a universidade possa ser um espaço cada vez mais plural, buscando evidenciar o que existe de mais valioso na diferença e que isso possa se refletir nas práticas e nas pesquisas produzidas pela mesma. A existência destas diferentes movimentações como o projeto "Saúde Indígena: descolonizando à saúde mental no cuidado dos povos ancestrais", o Curso de Saberes Ancestrais e Práticas de Cura, e a criação da Teia SACI; representam que a multiplicidade necessária para a invenção do novo já habita nos corredores das academias, bastando apenas que se abra espaço para elas, para que assim esse espaço se amplie cada vez mais.

Percebo que ao escrever este texto como relato de experiência, em muitos momentos acabo me detendo mais à questões teóricas e críticas, e as entendo também como reflexo da afetação pela participação destes diferentes momentos na universidade. Tanto o projeto quanto o curso me suscitaram inspirações ao perceber que o encantamento não estava perdido; mas também insatisfações, ao me deparar com a realidade como ela é. Então, considero que este trabalho é um reflexo disso, e espero que outros trabalhos possam surgir para dar conta da infinidade de questões que não caberiam - e nem precisam caber - neste texto. Efetivando assim a proposta de incorporar na universidade essas diferentes produções que sempre foram necessárias para a compreensão do mundo e por muito tempo, apagadas.

Acredito que, apesar da academia ser um lugar onde, por muito tempo, diferentes opressões foram e ainda são legitimadas ou até mesmo silenciosamente reproduzidas, ainda é um espaço constituído por diferentes pessoas e que essa multiplicidade contida na instituição é fator de produção de encontros e conhecimentos outros. Se realizarmos este caminho com o compromisso ético-político necessário, podemos embarcar na importante caminhada de investir em uma prática autocrítica que repense e recrie sua práxis e seu espaço no mundo, possibilitando reavaliar o lugar que ocupamos e o que podemos realizar enquanto universidade, psicologia e profissão; entendendo que esta mudança necessária toca em lugares muito mais profundos que dizem respeito a um mundo colonizado que perpetua suas relações de poder e povoa nossas subjetividades. Através das contribuições de Teixeira (2016), finalizo este trabalho com as seguintes palavras:

> *"Não precisa estar na aldeia, ou em contato direto com os indígenas, pois entre os não-índios há muito o que fazer para que se logre a superação do preconceito, a conquista de justiça e equidade social. Trata-se de estabelecer um compromisso ético-político com as lutas dos povos indígenas, incluindo-os nas pautas, dando-lhes voz e visibilidade."*
>
> *(Teixeira, 2016, p. 240)*

REFERÊNCIAS

II CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL. Manifesto de Bauru. Bauru, 1987. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

BISPO, A. Somos da terra. **Piseagrama.** 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL, Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Em 55 anos, Joenia Wapichana será a primeira mulher indígena a assumir a Presidência da Funai.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/em-55-anos-joenia-wapichana-sera-a-primeira-mulher-indigena-a-assumir-a-presidencia-da-funai#:~:text=Pela%20primeira%20vez%20em%2055,das%20diferentes%20etnias%20do%20país>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8)>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados.** 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CECCIM, R. B.; FREITAS, C. R.; ANGELUCCI, C. B. (org.). **Fármacos, remédios, medicamentos:** o que a Educação tem com isso? Volume 2 – debates continuados, diálogos interdisciplinares – 1. ed. – Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo.** 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/12/CODIGO-DE-ETICA-PSICOLOGO.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **POVOS INDÍGENAS E PSICOLOGIA:** A PROCURA DO BEM VIVER. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. – São Paulo: CRP SP, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas.** 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-junto-aos-povos-indigenas/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

DICIONÁRIO Ilustrado Tupi Guarani. [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 5, p. 95-121, 2000.

FERRAZ, Isabella Tormena; DOMINGUES, Eliane. A psicologia brasileira e os povos indígenas: atualização do estado da arte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, p. 682-695, 2016.

FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros et al. Promoção da Saúde: elemento instituinte?. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 153-164, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.

GONÇALVES, Mariana Alves. Martín-Baró como inspiração ética para a construção de uma perspectiva comunitária e popular em psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 651-664, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu.** Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 2, p. 7-27, 1997.

MBEMBE, A. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 154-171, 2020.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

MORAES, Marcia Oliveira; DE TOLEDO QUADROS, Laura Cristina. Ciência no feminino e narrativas de pesquisa: PesquisarCOM e a artesania na pesquisa. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 3, p. 1-14, 2020.

NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. 2022. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

QUADROS, Laura Cristina de Toledo; CUNHA, Claudia Carneiro da; UZIEL, Anna Paula. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação da vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

SILVA, R. D. S.; LOPES, R. A. L. Caso Povo Indígena Xukuru vs. Brasil: Uma trajetória processual perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2022.

TEIXEIRA, Lumena Celi. A psicologia na promoção do bem viver indígena. **Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver.** São Paulo: CRP SP, 2016.